

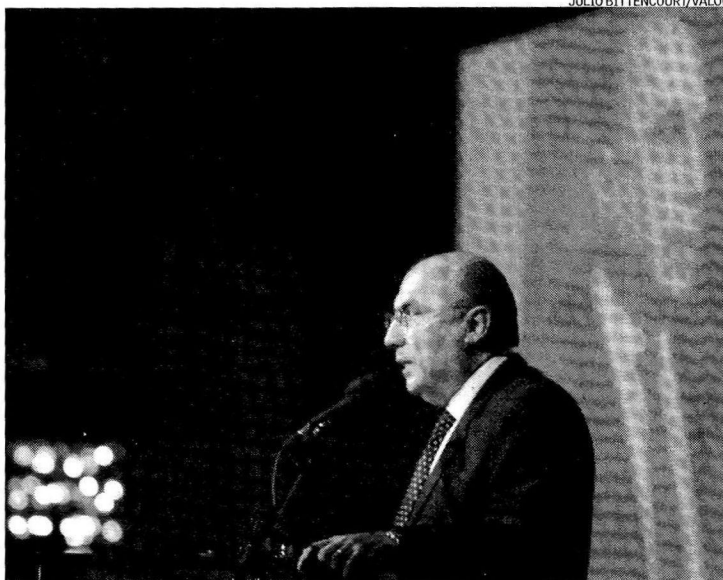
Despesa do setor público com juros cresce 35%, apesar dos cortes na Selic

Mônica Izaguirre
De Brasília

As despesas do setor público com juros e correção sobre dívida em 2003 deverão crescer 35% em relação a 2002, mesmo com a redução da taxa básica a partir de junho. Com a elevação da Selic no final do ano passado e início deste ano, os chamados juros nominais sobre a dívida pública, que foram de R\$ 114 bilhões em 2002, chegarão a R\$ 153,9 bilhões em 2003, superando em muito o esforço de economia que está sendo feito para pagá-los (superávit primário).

A estimativa foi apresentada ontem pelo presidente do BC, Henrique Meirelles, durante sessão conjunta de diversas comissões do Congresso, ao prestar contas sobre o impacto das política monetária e cambial. Com a retomada do processo de redução da Selic a partir de junho pelo Comitê de Política Monetária (Copom), em 2004, a carga de juros sobre o setor público voltará a cair, acrescentou Meirelles. Ainda assim, deverá superar de novo a de 2002, situando-se em torno de R\$ 121 bilhões, informou ele.

Meirelles mostrou-se otimista em relação às perspectivas de crescimento econômico. Na sua opinião, o processo de queda da taxa real de juros abriu espaço para retomada dos investimentos produtivos e, com isso, para a recuperação da economia. Medida pela taxa prefixada das operações de swap de 360 dias deflacionada pela expectativa de inflação do IPCA 12 meses à frente, a taxa real está hoje na casa dos 10,5% ao ano.



Meirelles, otimista em relação às perspectivas de crescimento econômico

O impacto dos juros sobre as contas do setor público, no entanto, dominou boa parte dos debates durante a sessão. Até agosto, segundo o último dado disponível, União, Estados, municípios e empresas estatais arcaram, no consolidado, com R\$ 102,417 bilhões em juros e correção sobre suas dívidas, 68,7% a mais do que em igual período do ano passado. A carga de juros foi tão pesada que superou o dobro do superávit primário (R\$ 49,29 bilhões), isto é, da economia que se fez em gastos correntes e investimentos para compensá-la e evitar crescimento da dívida pública líquida.

Embora não tenham sido feitas no mesmo tom de ataque ao governo usado por parlamentares do PFL e do PSDB, as críticas mais contundentes ao custo fiscal da política mo-

netária vieram de um deputado do PCdoB, partido da própria base governista, o mineiro Sérgio Miranda.

Miranda chamou atenção para o fato de que, em função dos altíssimos juros, apesar de expressivo, o superávit primário que vem sendo feito pelo setor público não está evitando crescimento da dívida líquida. Nos oito primeiros meses do ano, a dívida cresceu tanto em termos nominais, passando de R\$ 881,10 bilhões para R\$ 891,33 bilhões, como em relação ao PIB, do qual passou a representar 57,7%. No final de 2002, a relação era de 56,5%.

No entendimento do deputado do PCdoB, a situação é ainda mais grave quando se leva consideração que, diferente de 2002, este ano não houve pressão do dólar sobre as contas públicas. Ao contrário, o com-

portamento da taxa de câmbio até ajudou a reduzir a carga líquida de juros nominais, que inclui as despesas/receitas referentes a ajustes dos contratos de swap cambial negociados pelo Banco Central com o mercado. Conforme dado do Departamento Econômico da autarquia, no acumulado de janeiro a agosto, o ajuste destes contratos foi favorável ao BC em R\$ 10,32 bilhões. Portanto, se o câmbio não tivesse recuado, a carga líquida de juros nominais (juros propriamente ditos, correção monetária e uma parcela da variação cambial sobre as dívidas) teria sido maior ainda, elevando ainda mais a dívida pública.

O senador Eduardo Suplicy (PT/SP), outro da base governista que questionou a necessidade de juros tão altos, chamou atenção para os efeitos da política monetária sobre nível de emprego. Para ele, o pouco espaço destinado ao tema desemprego nas atas do Copom sinaliza que o BC está se preocupando menos do que deveria com o problema. Meirelles prometeu dedicar mais espaço ao tema nos textos das atas do Copom e nos relatórios de inflação. Mas nada falou sobre dar mais atenção ao problema do desemprego na definição dos juros em si. Durante toda a sessão, Meirelles procurou passar a mensagem de que o custo da política monetária não foi um sacrifício em vão. Ao contrário, avaliou, garantiu ao país o retorno da estabilidade macroeconômica, refletida na queda da inflação e do risco-país, entre outros indicadores, e abrindo espaço para a retomada do crescimento sustentado.

JULIO BITTENCOURT/VALOR